



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO



VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 242/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI	
Processo: 011022	Data: 25/01/2023 17:16:28
Assunto: VETO TOTAL PROJETO DE LEI 242/2023	
Assinante: GAB. PREFEITO	
Assunto: DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COMBATE AS NOTÍCIAS FALSAS FAKE NEWS NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, ORIGINADAS, COMPARTILHADAS, PROMOVIDAS OU DISSEMINADAS PROVENIENTES DE SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS	

EMENTA: "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COMBATE ÀS NOTÍCIAS FALSAS (FAKE NEWS) NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, ORIGINADAS, COMPARTILHADAS, PROMOVIDAS OU DISSEMINADAS PROVENIENTES DE SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS".

Senhor Presidente,

Pelo presente, ao receber desta Casa Legislativa o Projeto de Lei epigrafo para respectiva sanção, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal, procuramos analisá-lo atentamente, fazendo com que nossa decisão repousasse na trilha da regularidade e da legalidade.

A proposição traz disposições que busca definir e combater a propagação de *fake news* por servidores públicos e agentes políticos municipais, dispondo ainda sobre a penalidade a ser aplicada pela administração pública municipal, além de delimitar os aspectos de regulamentação da lei, contudo, em que pese a nobre intenção dos legisladores, o Projeto de Lei não pode ser sancionado.

Inicialmente, cabe observar que as penalidades a que estão sujeitos os servidores municipais estão previstas na Lei Municipal nº 326, de 28 de abril de 1997 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

O artigo 157 da referida lei prevê as seguintes penalidades:

Art. 157 – São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – extinção de aposentadoria ou disponibilidade;

V – destituição de cargo em comissão ou função de confiança.

Além disso, o artigo 158 prevê que na aplicação das penalidades, devem ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais, sendo certo que para a aplicação de qualquer penalidade é necessária a instauração de processo administrativo, nos termos da Lei Municipal nº 3384 de 05 de março de 2021.

Todavia, na proposição, prevê como “penalidade” a instauração de processo administrativo para o servidor concursado, o que sequer pode ser considerado penalidade;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ
GABINETE DO PREFEITO



“exoneração imediata” para o servidor comissionado; e “improbidade administrativa” para os agentes políticos. Tal diferenciação que por si só é inconstitucional.

Assim, ao estabelecer as penalidades da forma acima prevista, a proposição viola o princípio da isonomia, bem como do contraditório e da ampla defesa, previstos no **artigo 5º, caput e incisos LIV e LV da CRFB/88**.

Além disso, Inicialmente, para além de criar um “Programa Municipal de Combate às Notícias Falsas (Fake News)”, a norma em questão impõe penalidades por atos praticados fora do exercício de suas funções, interferindo diretamente na liberdade de expressão e pensamento dos servidores, questão inerente aos direitos da personalidade estabelecidos nos artigos 11 e seguintes do Código Civil brasileiro.

Desta forma, a proposição **invade competência privativa da União para legislar sobre direito civil, na forma do art. 22, inciso I, da Constituição Federal, restando configurada a inconstitucionalidade formal**.

Além disso, não cabe ao Poder Executivo fazer o papel de censor das informações que circulam na comunidade, oriundas de servidores ou não, sob pena de se institucionalizar uma verdadeira perseguição política, o que consistiria em **grave ofensa aos princípios mais básicos que regem a República, como a livre manifestação do pensamento (art. 5º, inciso IV, da CF) e a livre comunicação “independentemente de censura ou licença” (inciso IX)**.

Por certo que o direito à liberdade de expressão pode ser mitigado, mas a atividade de controle sobre as manifestações pessoais não pode, em nenhuma hipótese, ser atribuída a órgão político e, inclusive, partidário, sob **risco de gerar constrangimento incompatível à livre manifestação do pensamento, especialmente no caso dos servidores em que a aplicação de penalidades disciplinares por manifestações pessoais pode dar azo a perseguição de cunho político**.

Como já disposto em inúmeros julgados sobre o tema, a constatação de **eventuais danos decorrentes da divulgação de informações falsas e a responsabilização dos respectivos agentes cabem ao Poder Judiciário, de acordo com as regras atinentes à responsabilidade civil e criminal**.

Desta forma, em que pese a boa intenção Poder Legislativo em estabelecer uma forma de combate às notícias falsas disseminadas por servidores, a previsão de um órgão censor e o estabelecimento de penalidades disciplinares em tais casos, viola a liberdade de expressão destes munícipes, podendo servir, em algum momento, como forma de intimidação à divulgação de ideias contrárias ao governo eleito ou perseguição interna.

Por certo que são manifestamente inconstitucionais quaisquer leis ou atos normativos tendentes a constranger ou inibir a liberdade de expressão a partir de mecanismos de censura prévia, como na presente hipótese.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO



Ademais, há que se considerar que a norma é de iniciativa parlamentar e, por prever a imposição de sanções/penalidades disciplinares a servidores, interfere diretamente no regime jurídico dos servidores públicos municipais e no funcionamento e organização da Administração.

Neste sentido, como já exposto acima, o Estatuto dos Servidores, previsto na Lei Municipal nº 326, de 28 de abril de 1997 que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores e já estipula as penalidades disciplinares cabíveis aos servidores.

Assim, além das inconstitucionalidades já expostas, a proposição invade também competência do Poder Executivo para dispor sobre o regime jurídico dos servidores, bem como funcionamento e organização da Administração.

Assim, o projeto de lei, data máxima vênua, padece de VÍCIO DE INICIATIVA, eis que invade competência privativa do Executivo Municipal, criando comandos de autêntica gestão administrativa, impondo ao Poder Executivo a prática de ações concretas no que diz respeito à administração municipal, o que constitui atividade de natureza eminentemente administrativa.

A decisão sobre adotar ou não, em que momento e em que termos medidas como a contida na proposição legislativa sob análise insere-se, assim, no âmbito da **competência privativa do Chefe do Poder Executivo**.

Essa é a exegese da Lei Orgânica do Município de Barra do Piraí, RJ, em especial seus artigos 48 e 68, *verbis*:

Art. 48 - Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I - regime jurídico dos servidores;

II - criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III - orçamento anual, diretrizes orçamentárias o plano plurianual;

IV - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

Art. 68 - Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

VIII - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

Como bem fundamenta o Ministro Celso de Mello em julgamento de ADI:

“O princípio constitucional da reserva da administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI
GABINETE DO PREFEITO



exclusiva competência administrativa do Poder Executivo (...). Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgride o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação ultravires do Poder Legislativo que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar os limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais. (ADI-MC nº 2.364/AL DJ de 14/12/2001, p.23, Rel. Min. Celso de Mello)

Assim, em atenção ao princípio da reserva da administração, o veto ao projeto de lei sob exame é medida que se impõe, eis que versa sobre matéria de competência privativa do Prefeito Municipal, mostrando-se inconstitucional a proposição apresentada.

Ademais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que:

Art. 2º - São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Portanto, é inconstitucional em sua inteireza Lei de iniciativa do poder Legislativo Municipal que viole os Princípios da Separação e Equilíbrio dos Poderes, não se podendo reconhecê-la parcialmente constitucional, como é o caso do presente projeto de lei.

Desta forma, com fulcro no artigo 55, § 2º, c/c art. 68, V, da LOM, é o presente para VETAR totalmente o Projeto pautado, ante as razões acima expostas, esperando que essa Casa Legislativa, acolha o respectivo veto, renovando os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Barra do Piraí, RJ, 18 de janeiro de 2023.


MÁRIO REIS ESTEVES
Prefeito

Exmo. Sr. RAFAEL SANTOS COUTO
DD. Presidente da Câmara Municipal
NESTA

Câmara Municipal de Barra do Piraí
Gabinete da Presidência



Lei Municipal nº _____ de _____ de 2022

EMENTA: "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COMBATE ÀS NOTÍCIAS FALSAS (FAKE NEWS) NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, ORIGINADAS, COMPARTILHADAS, PROMOVIDAS OU DISSEMINADAS PROVENIENTES DE SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS".

A Câmara Municipal de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate às Notícias Falsas (Fake News) no Município de Barra do Piraí, originadas, compartilhadas, promovidas, disseminadas provenientes de Servidores Públicos Municipais e Agentes Políticos, que tem como objetivo combater e erradicar a propagação de notícias falsas, além de proporcionar a conscientização e sanção administrativa aqueles que as promovam.

Art. 2º Para efeitos desta Lei é considerado como notícia falsa (fake news) a distribuição de desinformação realizada por meio da internet, seja por aplicativos de comunicação ou por redes sociais.

– Como desinformação, entende-se o conteúdo falso e enganoso, tirado do contexto, manipulado, distorcido ou completamente forjado com intenção de enganar pessoas físicas ou jurídicas. Também aqueles conteúdos que proporcionem danos públicos, como fraudes eleitorais e prejuízo ao debate público; risco à estabilidade democrática; dano à integridade física, moral ou à memória de pessoas e grupos independente de sua raça, gênero e orientação sexual.

– Não se enquadram a este artigo a ficção cênica, literária, humorística, ou qualquer outra obra ficcional de caráter artístico ou cultural.

Art. 3º A divulgação de notícias falsas por Servidores Municipais e Agentes Políticos, nos termos do art. 2º, sujeita o infrator às seguintes sanções:

I – Servidor Concursado – Processo Administrativo;

II – Servidor Comissionado – Exoneração Imediata.

III – Agentes Políticos – Improbidade Administrativa

Art. 4º Deverá ser observado os seguintes aspectos para regulamentação desta Lei:

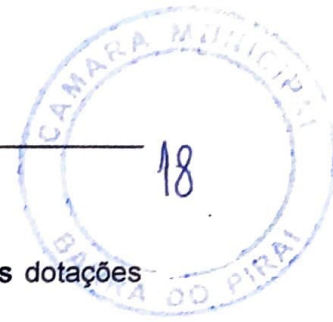
I – Mecanismo de recebimento de denúncias ou representações fundadas nesta Lei, legitimado qualquer Servidor;

II – Formas de apuração das denúncias;

III – Garantia de ampla defesa e contraditório para os supostos infratores;



Câmara Municipal de Barra do Piraí
Gabinete da Presidência



Art. 5º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PRESIDENTE 29 DE NOVEMBRO DE 2022
(APROVADO EM REUNIÃO PLENÁRIA DE 29/11/2022)

THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 242/2022

Autor: THIAGO FELIPE PONCIANO SOARES

Emenda Modificativa nº 001/2022 da Vereadora Katia Miki – Art. 1º e 3º - INCLUSÃO DA PALAVRA AGENTES POLÍTICOS.

Razões - veto

Inicialmente, esclareço que apenas fui
acesso e conhecimento do PL, nesta data.

Com relação ao veto de fls. 13/16, sugiro
o acatamento.

Explico.

Entendo que o Chefe do Poder Executivo
possui razões ao veto, notadamente, no
que concerne a violação dos princípios
Constitucionais do contraditório e da ampla
defesa, sem razões, contudo, com relação
as demais fundamentações.

Desta forma, sugiro o acatamento.

BP, 25.05.23

Procurador Henrique Liotti Duarte
Procurador Legislativo
ABIRJ 210886